


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR RAIMUNDO LYRA, DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA COLENDIA COMISSÃO DE IMPEACHMENT NO SENADO
FEDERAL.**

Recebido na COCETI em 27 / 5 / 2016, às 14h18


Eduardo Bruno do Lago de Sá
Matrícula: 228210

REC
000019

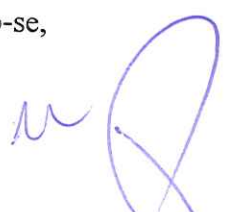
HÉLIO PEREIRA BICUDO e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL,
autores, ao lado de **MIGUEL REALE JÚNIOR**, da denúncia ofertada em face da
Presidente afastada, Sra. **DILMA VANA ROUSSEFF**, respeitosamente, perante V.
Exa., vêm consignar e requerer o quanto segue.

A exordial ofertada em face da Presidente afastada mostra, de maneira bastante
clara, que a denunciada, ao deixar de responsabilizar seus subordinados, ao tomar
empréstimos de instituição financeira pública, sem contabilizar, e ao abrir crédito
suplementar sem a autorização do Congresso Nacional, praticou crimes de
responsabilidade, ferindo, claramente, os artigos 85, incisos V e VI, e 167 da
Constituição Federal, os artigos 4, 9, 10 e 11 da Lei 1.079/50, bem como os artigos 9º,
36 e 38 da Lei Complementar 101/2000.

Já no momento da apresentação da denúncia, os peticionários anexaram farta
documentação, a evidenciar a prática de referidos crimes, arrolando testemunhas, nos
termos da legislação vigente, e solicitando a expedição de ofícios a diversos órgãos.

Perante a Comissão presidida por Vossa Excelência, especialistas foram
ouvidos, confirmando os termos da denúncia, não sendo possível descartar o fato de o
Governo Interino já ter constatado déficit bilionário, muito superior ao anunciado pela
denunciada, antes de seu afastamento.

Pois bem, haja vista as fases já atravessadas pelo feito, tem a presente o fim de
insistir na oitiva de algumas testemunhas arroladas e substituir outras. Mediante este
petitório objetiva-se também especificar os ofícios a serem expedidos, juntando-se,
igualmente, a documentação que segue.



00001

No que tange às testemunhas, insiste-se na oitiva do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. **Júlio Marcelo de Oliveira**, bem como do Auditor Fiscal **Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho**; em substituição às outras testemunhas indicadas na exordial, arrolam-se os Professores **José Roberto Afonso**, **José Maurício Conti** e **Lucieni Pereira da Silva**, que também é Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil.

No que concerne aos ofícios cuja expedição fora pleiteada, insiste-se nos seguintes: 1) Que seja oficiado o Banco do Brasil, para que informe quais foram os vinte maiores beneficiários do Plano Safra, nos anos de 2014 e 2015, discriminando os montantes recebidos por cada um deles; 2) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que informe quais foram os vinte maiores beneficiários do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos anos de 2014 e 2015, discriminando os montantes recebidos por cada um deles; 3) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que confirme ter a Petrobrás sido beneficiária do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), discriminando os valores por tal empresa recebidos; 4) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que informe os montantes enviados, sigilosamente, para Angola, Cuba e Venezuela, especificando a que título esses montantes foram encaminhados ao exterior. No mesmo ofício, deve-se indagar à instituição financeira qual a perspectiva de o Brasil receber esses montantes de tais países, bem como se outros países foram beneficiados por empréstimos sigilosos; 5) Que seja oficiada a Caixa Econômica Federal, para que apresente cópia integral das ações movidas em face do Tesouro Nacional, objetivando o pagamento dos valores antecipados pela própria instituição, concernentes aos programas do Governo Federal; 6) Que o Tesouro Federal seja oficiado, para apontar qual, afinal, é o valor do Déficit causado pela irresponsabilidade da denunciada; 7) Que o Tesouro Nacional seja oficiado para apresentar gráficos evidenciando as diferenças entre as chamadas pedaladas praticadas nos Governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, precisando números de operações e valores.

Acerca dos ofícios acima, consigna-se que os crimes se mostram consumados, independentemente da resposta a eles; entretanto, o envio se faz necessário, com o fim de espantar, de vez, o estéril argumento de que a Lei de Responsabilidade Fiscal teria

restado lesada para favorecer a população carente, bem como para evidenciar as graves consequências dos crimes de responsabilidade perpetrados pela denunciada, consequências estas que devem refletir na pena.

Com a presente, anexa-se matéria publicada pelo Jornal *A Folha de São Paulo*, no dia 03 (três) de janeiro de 2016, evidenciando que o Programa PSI beneficiou, em regra, grandes empresas, tendo a Petrobrás sido uma das principais favorecidas. A corroborar, cita-se estudo publicado na Revista número 44, do próprio BNDES, em dezembro de 2015, páginas 89/122. Anexa-se, ainda, matéria veiculada pela *Revista Época*, ilustrando, graficamente, a gritante diferença entre as chamadas pedaladas nos governos da denunciada e de seus antecessores, frisando-se que, no caso dos autos, não houve contabilização dos empréstimos vedados, caracterizando fraude.


Requer-se que as testemunhas nesta arroladas sejam devidamente notificadas nos endereços, abaixo indicados.

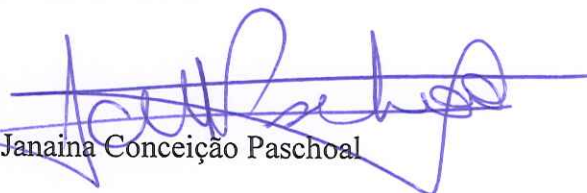
Os denunciantes se resguardam o direito de apresentar novos documentos que guardem relação com os fatos narrados na exordial, solicitando, desde logo, que a subscritora da presente, Janaina Conceição Paschoal, regularmente inscrita na OAB/SP, sob o número 146.103, seja notificada de todos os atos processuais, para que possa acompanhá-los e deles participar, inclusive inquirindo as testemunhas arroladas pelas duas partes. Haja vista a necessidade de deslocamento de São Paulo para Brasília, pede-se que tal notificação ocorra com 48 horas de antecedência.

Nesses termos,

Pedem deferimento.

São Paulo, 24 de maio de 2016.


Hélio Pereira Bicudo


Janaina Conceição Paschoal

Rol de testemunhas:

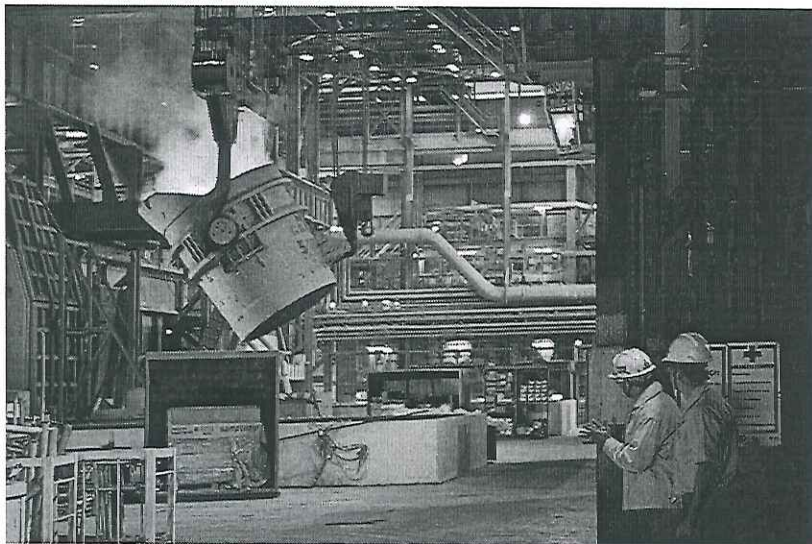
- 1) **Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira** - Setor de Administração Federal Sul- SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 2) **Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr. Antônio Carlos Costa D' Ávila Carvalho** - Setor de Administração Federal Sul- SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 3) **Professor José Roberto Afonso** - Praia de Botafogo, 28, apartamento 501, Botafogo, 22250-040, Rio de Janeiro.
- 4) **Professor José Maurício Conti** – Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, 95, Centro, CEP 01005-010, São Paulo-SP.
- 5) **Professora Lucieni Pereira da Silva** - Setor de Administração Federal Sul- SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP 70042-900, Brasília-DF.



FOLHA DE S.PAULO

Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\$ 214 bilhões

Antônio Gaudério/Folhapress



Indústria da CSN onde é feita a transformação de ferro líquido em aço líquido, em Volta Redonda (RJ)

DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

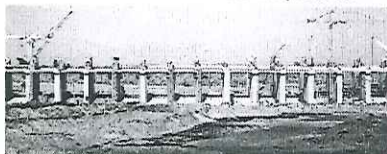
03/01/2016 02h00

Depois de despejar R\$ 362 bilhões até 2014 em empréstimos subsidiados do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos, o governo encerrou o PSI (Programa de Sustentação de Investimentos) no final do ano passado com uma conta para pagar de pelo menos R\$ 214 bilhões.

A maior parte desse valor (R\$ 184 bilhões) entrará na contabilidade da União como dívida pública.

BNDES

Governo acaba com 'Bolsa Empresário'



Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\$ 214 bilhões

País subsidiou 43% dos equipamentos da hidrelétrica de Belo Monte

Subsídio do BNDES impulsionou setor de energia eólica e aérea Azul

Empresas dizem que crédito do BNDES propiciou mais investimento

O restante (R\$ 30 bilhões) terá de ser coberto pelo Tesouro até 2041 para compensar a diferença entre os juros pagos pelo BNDES à União na captação dos recursos (mais elevados) e as taxas cobradas dos tomadores dos empréstimos (abaixo da inflação).

Conhecido ironicamente como "Bolsa Empresário", o PSI não ofereceu à economia um estímulo à altura dos desembolsos realizados desde 2009, quando o programa foi criado para ajudar a tirar o país da crise global.

Os benefícios foram pontuais em alguns setores e maiores para grandes empresas, que normalmente têm acesso a outras fontes de financiamento.

Empréstimos do BNDES

Por meio da Lei de Acesso à Informação, a Folha obteve as planilhas de quase 1 milhão de empréstimos do PSI, que liberou R\$ 362,3 bilhões, entre 2009 e 2014, cobrando juros abaixo da inflação. Os dados de 2015 ainda não foram fechados.

A análise deste material revelou que 1% dos 315 mil beneficiados concentrou 56% dos empréstimos, cerca de R\$ 203 bilhões. Desse grupo só fizeram parte grandes empresas e até empresários.

Empréstimos subsidiados do BNDES - Em R\$ bilhões

Um universo ainda mais restrito desse grupo, com as 31 maiores empresas, ficou com R\$ 54 bilhões. Para eles, os juros foram ainda mais baixos e os prazos para pagar mais elásticos.

Tipos de empréstimo - Em %*

A campeã individual de crédito foi a Petrobras, maior empresa do país, que pegou quase R\$ 4 bilhões. No momento em que a estatal foi forçada pelo governo a manter o preço da gasolina abaixo do valor real, a companhia tomou R\$ 1 bilhão com juros de 3% ao ano para pagar em 10 anos, começando só após o segundo ano (carência).

Uma centena de grandes empresários, a maioria do agronegócio, também recorreu ao PSI. Entre eles está Eral Maggi. Conhecido como o "rei da soja", ele conseguiu R\$ 297,6 milhões. A ex-prefeita de Campos de Júlio (MT), Claides Masutti também está na lista. Ela perdeu o cargo recentemente por distribuir churrasco a eleitores.



CONTROVÉRSIA

Economistas divergem sobre a política de juros subsidiados. Uns a defendem como forma de estimular a indústria e o crescimento nacional. Outros afirmam que ela agrava as contas públicas.

A análise dos dados macroeconômicos mostrou que o aumento dos empréstimos do PSI não significou um crescimento proporcional de benefícios para a economia.

Existe pouca relação entre os recursos liberados pelo programa e a geração de emprego, renda e até o investimento dos tomadores.

"O subsídio infla artificialmente o retorno de um investimento. Se ele for suficientemente alto, qualquer projeto de investimento torna-se viável. Mesmo aqueles que não deveriam ser financiados", diz Vinicius Carrasco, economista da PUC-RJ.

Para as empresas, o PSI permitiu antecipar investimentos. O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega chegou a defender o programa no Congresso. Disse que, sem ele, a recessão atual seria mais grave.

Já para Carlos Oberto da Costa, fazendeiro de Unai (MG), que tomou R\$ 26 milhões no BNDES, ninguém precisa de subsídio. "A gente precisa é de juro adequado."

Os cinco grupos que mais receberam empréstimos - Em R\$ bilhões

DÍVIDA

O governo nunca teve dinheiro para financiar o PSI. Para levantar os recursos, vendeu títulos públicos na praça pagando até 14,5% (Selic). Esse dinheiro foi repassado ao BNDES a uma taxa que variou entre 5% e 7% (TJLP). Só essa diferença de juros deu R\$ 184 bilhões de defasagem, no final de 2014.

Mas o governo decidiu que, em vez de pagarem pelo menos o mesmo que o BNDES, as empresas tomadoras de empréstimos teriam juros de até 2,5%. O Tesouro teria então de cobrir essa diferença, fazendo a "equalização".

Por praticamente quatro anos, no entanto, o governo ficou sem pagar a equalização ao BNDES, um atraso conhecido como "pedalada". Só no final de 2015, quitou cerca de R\$ 30 bilhões.

Restam ainda outros R\$ 30 bilhões a serem pagos até 2041. O valor pode aumentar, dependendo dos juros até lá.

As cinco pessoas que mais receberam empréstimos - Em R\$ milhões

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1724641-governo-acaba-com-bolsa-empresario-e-fica-com-divida-de-r-214-bilhoes.shtml>

Links no texto:

Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\$ 214 bilhões
<http://folha.com/no1724641>

País subsidiou 43% dos equipamentos da hidrelétrica de Belo Monte
<http://folha.com/no1725268>

Subsídio do BNDES impulsionou setor de energia eólica e aérea Azul
<http://folha.com/no1725269>

Empresas dizem que crédito do BNDES propiciou mais investimento
<http://folha.com/no1725270>

Empréstimos subsidiados do BNDES - Em R\$ bilhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/7F2ZN/?w=620&h=455>

Tipos de empréstimo - Em %*
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/R7ZOA/?w=620&h=455>

<http://foto.grafia.folha.uol.com.br/galerias/37042-veja-a-cronologia-do-inferno-astral-da-petrobras#foto-549311>

Os cinco grupos que mais receberam empréstimos - Em R\$ bilhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/nYERr/?w=620&h=455>

As cinco pessoas que mais receberam empréstimos - Em R\$ milhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/Ph618/?w=620&h=455>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.

globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc vídeos ASSINE JÁ CENTRAL E-MAIL ENTRAR >



Assine Época

Tempo Ideias Vida Colunas Canais
Busca

Enviar



TEMPO

Como Dilma fraudou as contas públicas

O eufemismo “pedaladas” não dá a real dimensão do que ocorreu. Por isso os acusadores da presidente falam em “fraude”

MARCOS CORONATO COM MARCELO MOURA

13/05/2016 - 20h48 - Atualizado 13/05/2016 21h02

Compartilhar (24875) (1)

Assine já!

Ao se afastar da Presidência da República, na quinta-feira, **Dilma Rousseff** repetiu a lógica de sua defesa, que foi apresentada e rejeitada na Câmara e no Senado. “Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles e também não é crime agora”, disse Dilma, referindo-se ao uso forçado de dinheiro de instituições federais para melhorar momentaneamente as contas do governo (*leia no quadro abaixo*). O recurso é o motivo oficial do afastamento da presidente.

Apelidou-se o artifício de “**pedalada**”. É um apelido leve para uma falta grave. Marcos Lisboa, que foi secretário de Política Econômica no governo Lula, prefere “maquiagem de contas públicas”. O procurador Júlio Marcelo Oliveira, representante do Ministério Público Federal no Tribunal de Contas da União (TCU), usa “fraude fiscal” para descrever o ocorrido.

O fato é que uma **manobra contábil** que deveria ocorrer esporadicamente foi usada por Dilma de modo recorrente – um sinal de descaso para com as contas públicas. Pode-se discutir se o abuso é motivo para impeachment. Mas ele não ocorreu sozinho. Corrupção, inépcia econômica, falta de apoio político e popular fizeram o governo apodrecer. A acusação de fraude fiscal foi apenas o último golpe a fazê-lo tombar.

>> Temer fala a ÉPOCA: “Quero botar o país nos trilhos”

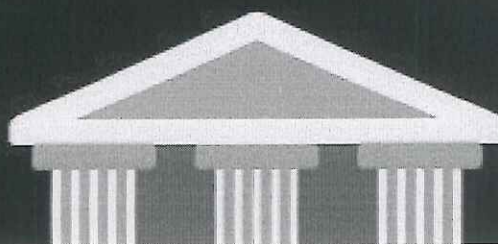
>> Cortes de ministérios feitos por Michel Temer deverão ter impacto reduzido na economia

O USO DA “PEDALADA”

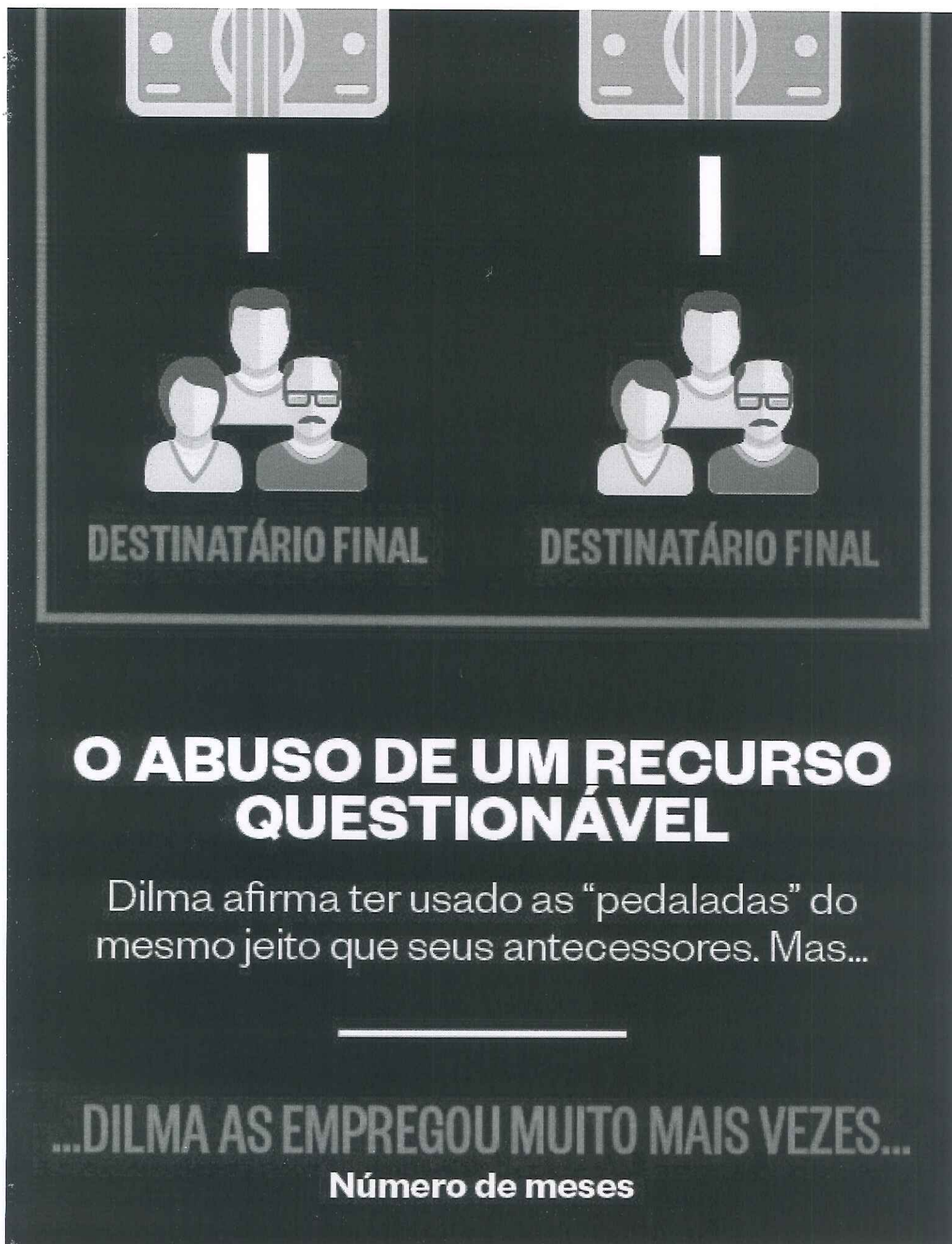
O recurso foi empregado várias vezes pelo Poder Executivo antes da gestão Dilma

Um fluxo normal de repasse de dinheiro público não gera dívida entre o Tesouro e a instituição (como INSS e Caixa) que lida com o destinatário final

Quando o Tesouro atrasa o repasse, torna-se devedor da instituição federal. É desejável que o Tesouro acerte as contas rapidamente



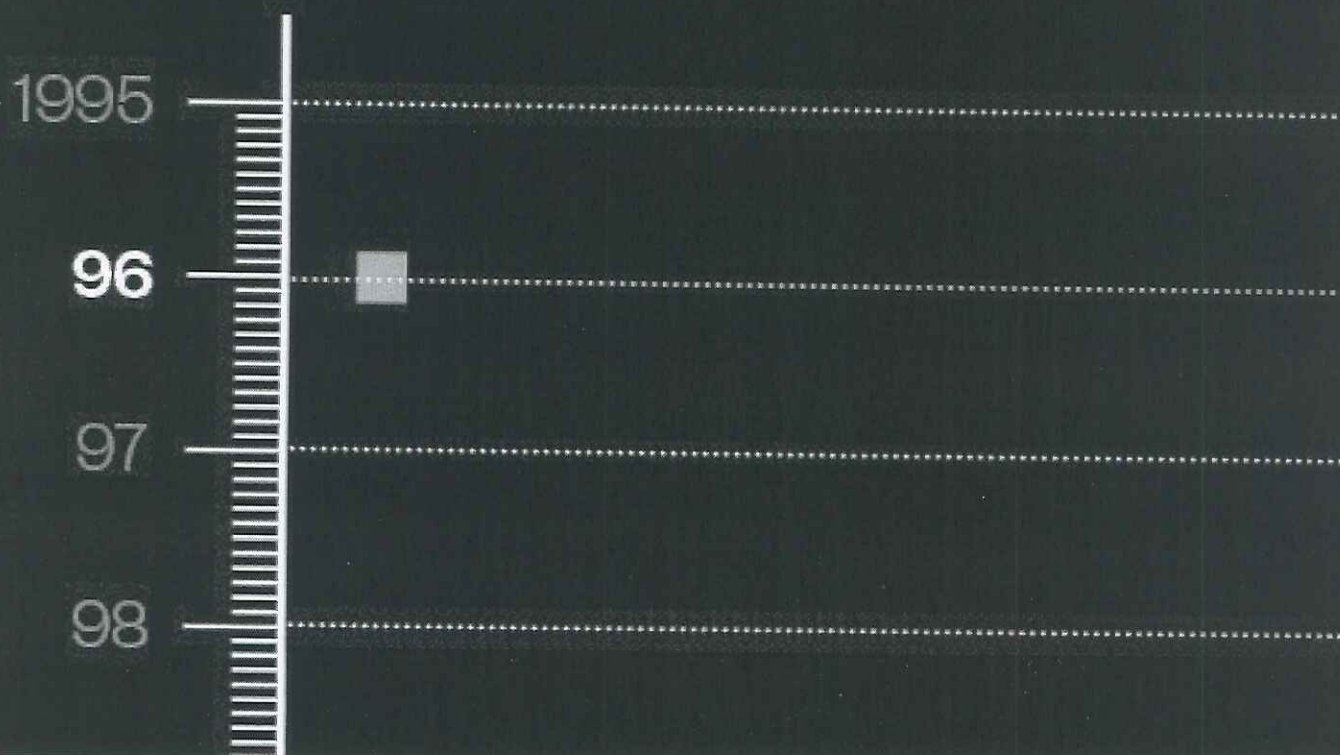
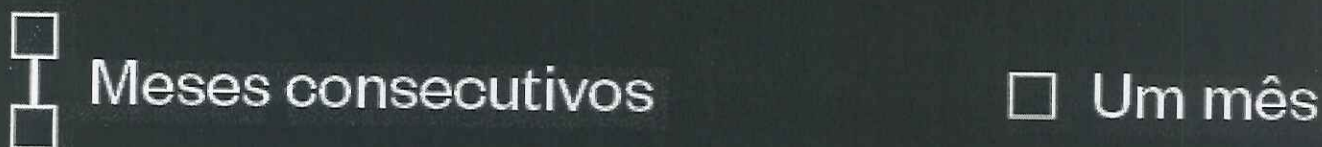


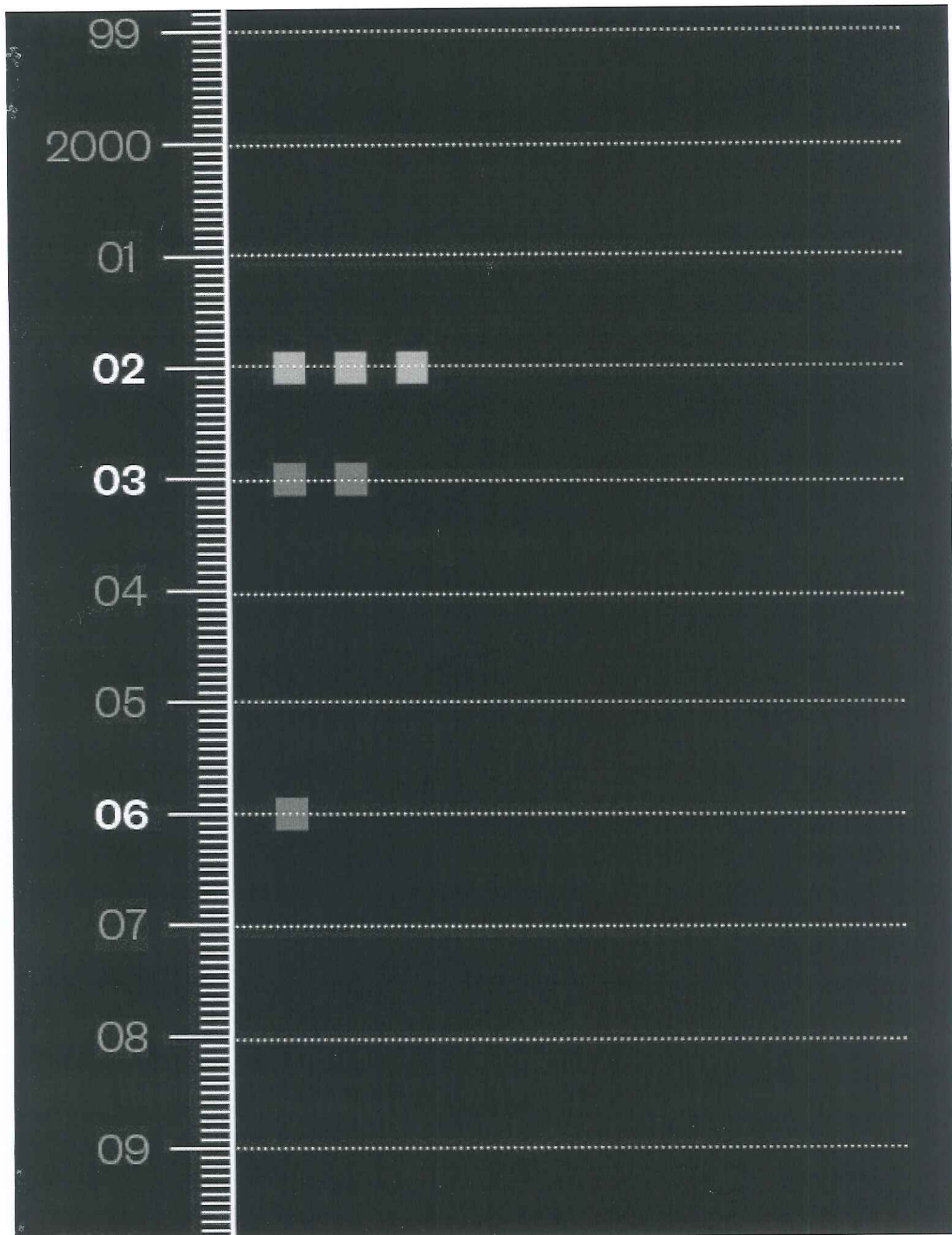


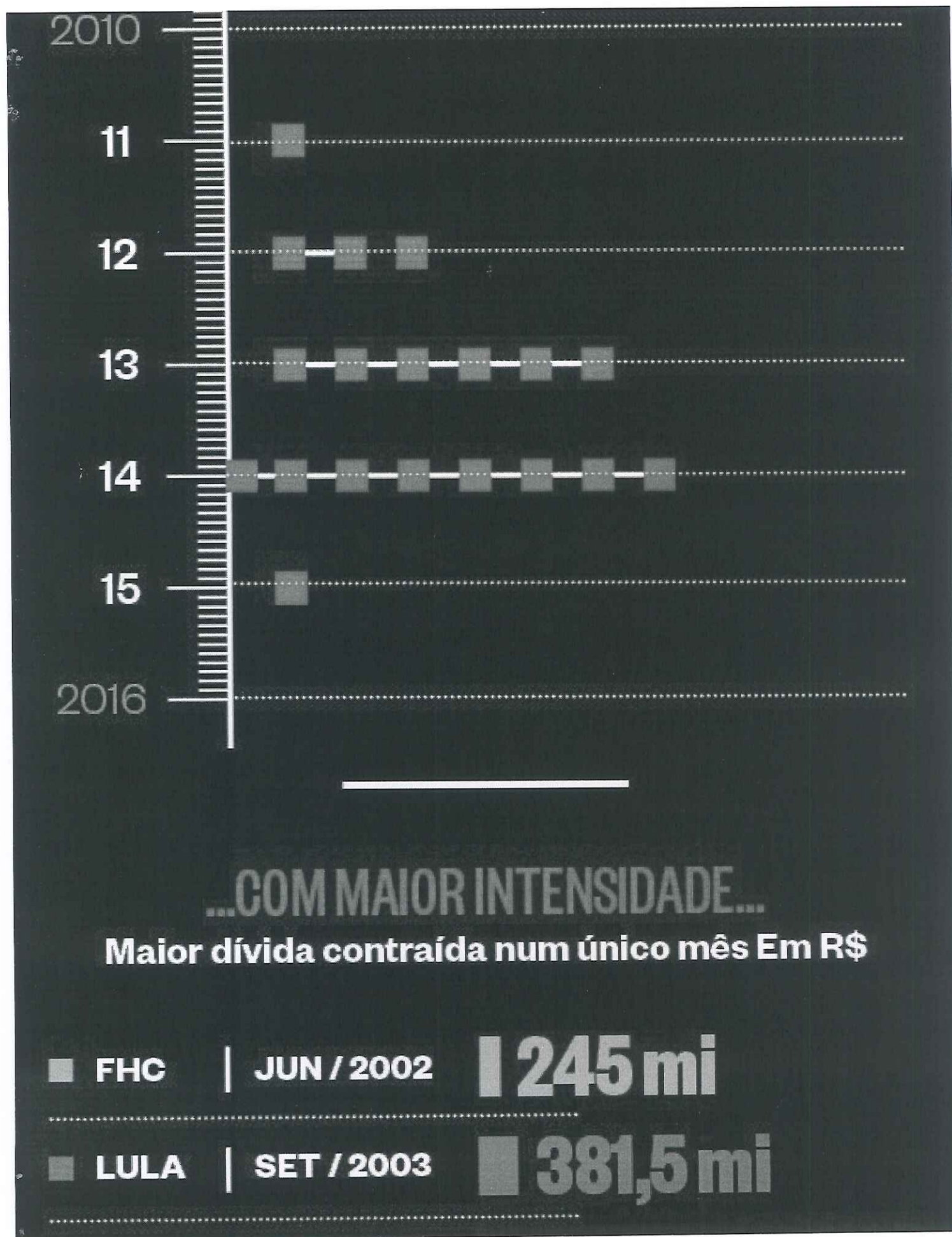


...POR MAIS TEMPO...

Meses consecutivos em que o recurso foi usado









■ DILMA | JUL / 2014

5,6 bi

...E EM ESCALA MUITO MAIOR
Soma das dívidas mensais em R\$

■ FHC | 433 mi

■ LULA | 500 mi

■ DILMA | 33 bi

FORÇA NO PEDAL

Em cinco anos, o governo Dilma pedalou 19 vezes, num valor total de R\$ 33 bilhões – cerca de 35 vezes maior do que o valor das oito pedaladas dos governos Itamar, FHC e Lula somadas

2011 | nov.

A Caixa recebe menos do que pagou em seguro-desemprego. A primeira pedalada de Dilma é um evento isolado

2012 | set. - dez.

Dilma pedala em setembro, novembro e dezembro. O valor "pendurado" (R\$ 213 milhões, em dezembro) não destoa de FHC e Lula

2013 | jul. - dez.

A Caixa recorre para receber por seis meses seguidos de pedaladas. O governo apela ao Refis para atingir a meta de superavit. Um relatório oficial diz que o caixa do Tesouro corre riscos

2014

No ano eleitoral, o governo gasta mais do que paga à Caixa em oito meses. O Banco Central pede explicações. Decretos determinam repasse de dinheiro do Tesouro ao BNDES

2015 | mar.

Único mês de pedaladas na Caixa no semestre. Aumentam as pedaladas em outras linhas ligadas ao governo, como o Plano

2015 | jul. - ago.

Após admitir que não conseguiria cumprir a meta fiscal do ano, o governo autoriza em seis decretos, sem consultar o Congresso,

Saíra do Banco do Brasil

despesas extras de cerca
de R\$ 2,5 bilhões

2015 | out.

Em decisão inédita e
unânime, o Tribunal de
Contas da União rejeita
a prestação de contas
de 2014 do governo

2015 | dez.

Dilma cobre despesas
obrigatórias de 2015 com
o *superavit* primário de
2014, amparada por uma
Medida Provisória. Em
maio de 2016, a Câmara
veta essa prática

Fontes: Caixa, BC e Aos Fatos

ÉPOCA

TAGS

935 DILMA ROUSSEFF